



## MINISTÉRIO DA CULTURA

**PARECER N°**  
**PROCESSO N°**  
**INTERESSADO:**

**175/2023/CGPCE/DIEFA/SEFLI/GM**  
01400.007035/2023-24  
ASSOCIACAO CULTURAL SERTAO NA ARTE NOSSA SENHORA DA GLORIA/SE (CNPJ: 13.304.024/0001-86)

<b>Proposta:</b>	009504/2023
<b>Proponente:</b>	ASSOCIACAO CULTURAL SERTAO NA ARTE NOSSA SENHORA DA GLORIA/SE (CNPJ: 13.304.024/0001-86)
<b>Objeto da Proposta:</b>	Realizar oficinas de capacitação com circuito de formação na cidade de Nossa Senhora da Glória - SE.
<b>Valor Total da Proposta: R\$</b>	330.000,00
<b>Valor de Repasse: R\$</b>	330.000,00
<b>Valor de Contrapartida: R\$</b>	Não se aplica.
<b>N° da Emenda Parlamentar:</b>	41440009 e 36910009
Em caso de projeto oriundo de <b>emenda parlamentar</b> , a proposta está de acordo com o Orçamento Geral da União (OGU) e com o Programa cadastrado na Plataforma +BRASIL, considerando a Unidade Orçamentária, Ação Orçamentária, Localizador, Grupo da Natureza de Despesa (GND), Modalidade de Aplicação, Beneficiário e Valor do Repasse?	(X) Sim ( ) Não

1. PROPOSTA DE TRABALHO	S	N	N/A
1.1. O objeto da proposta define o que se pretende realizar, de forma concisa?	X		
1.2. Há a caracterização dos interesses recíprocos?	X		
1.3. Há a descrição do público beneficiário da proposta e esse público condiz com o objeto da proposta?	X		
1.4. Há a descrição do problema a ser resolvido?	X		
1.5. Os resultados esperados condizem com o objeto da proposta?	X		
1.6. A proposta possui relação com os objetivos e diretrizes do Programa?	X		
1.7. A categoria de gasto prevista para o projeto condiz com a GND indicada pelo parlamentar?	X		
1.8. Os recursos do concedente estão de acordo com a indicação do parlamentar e com os limites normativos?	X		
1.9. Há comprovação da contrapartida e o valor está de acordo com os limites normativos?			X
1.10. O proponente demonstra capacidade técnica e gerencial para realizar a proposta?	X		

2. CAPACIDADE TÉCNICA E GERENCIAL – OSC (art. 26, Decreto 8.726/2016)	S	N	N/A
2.1. Objetivos estatutários voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública, cultural e social.	1207754		
2.2. Em caso de dissolução da Entidade, o respectivo patrimônio líquido será destinado a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.	1207754		
2.3. Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.	1207754		

<b>2.4.</b> Possuir, no mínimo, 3 anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria de Receita Federal do Brasil, com base no CNPJ.	1207751		
<b>2.5.</b> Possuir, no mínimo, 3 anos de experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante.	1207749		
<b>2.6.</b> Instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.	1458671		
<b>2.7.</b> Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado.	1207740 1207741 1207742 1207743 1207744		
<b>2.8.</b> Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações.	1207754		
<b>2.9.</b> Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual.	1207762 1207755		
<b>2.10.</b> Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e nº do CPF de cada um deles.	1458673		
<b>2.11.</b> Comprovação de que a OSC funciona no endereço por ela declarado (conta de consumo ou contrato de locação).	1207753		
<b>2.12.</b> Declaração do dirigente da instituição proponente, assegurando que esta não incorre em nenhuma das irregularidades previstas no art. 39 da Lei 13.019/2014.	1207748		
<b>Obs.1:</b> As certidões de regularidade serão verificadas novamente quando da assinatura do instrumento.			

### 3. MANIFESTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA

- 3.1. Trata a presente análise de manifestação técnica para APROVAÇÃO da Proposta nº 009504/2023 (01400.007035/2023-24).
- 3.2. Conforme explicitado acima, a referida proposta, cadastrada no Portal Transferegov.br atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela legislação.
- 3.3. Foram realizadas diligências (1206616, 1449576, 1458406) para fins de adequações nos termos propostos pelas regras do Programa.
- 3.4. O objeto da proposta tem a seguinte descrição: "Realizar oficinas de capacitação com circuito de formação na cidade de Nossa Senhora da Glória - SE.", no valor global de R\$330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), com recurso proveniente das emendas parlamentares de autoria do Senador Alessandro Vieira nº 41440009 e do Deputado João Daniel nº 36910009, e tendo como beneficiária a Associação Cultural Sertão na Arte Nossa Senhora da Glória/SE.
- 3.5. Conforme demonstrado na proposta cadastrada na Plataforma, o projeto caracteriza os interesses recíprocos como a seguir:
- O respectivo projeto, na sua implementação, atua de acordo com as metas 9, 11 e 18 do PLANO NACIONAL DE CULTURA, bem como os incisos I, III e IV do artigo 4 da lei 8.313/91, que institui o PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A CULTURA. Este projeto irá possibilitar a diversificação da fruição cultural, oportunidade de formação e avaliação das habilidades e experiências de trabalho em artes..
- 3.6. A proposta tem como público alvo:
- O público-alvo prioritário das ações das oficinas são moradores de Nossa Senhora da Glória e outras localidades do interior Sergipano com interesse em arte e cultura e com pouca oportunidade de acesso à produção cultural, bem como artistas que não são incluídos pelo mercado e enfrentam grandes dificuldades de difundir suas produções, principalmente o cenário alternativo.
- 3.7. A entidade pretende com o resultado esperado na execução do objeto:
- ... contribuir para fortalecer a cadeia da economia criativa, incentivando a capacitação de indivíduos e grupos. O projeto busca estimular a criação de novos empreendimentos que valorizem a cultura local e gerem impacto socioeconômico positivo. Todas as oficinas serão devidamente registradas por listas de presenças, fotos, vídeos e certificados.
- 3.8. Cabe ressaltar que a proposta coaduna-se com as competências da Secretaria de Formação, Livro e Leitura e da Diretoria de Educação e Formação Artística, conforme dispõe o art. 30 e art. 31, do Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023:
- Art. 30. À Secretaria de Formação, Livro e Leitura compete:
- I - formular, planejar, coordenar, monitorar e avaliar as políticas voltadas para a formação no campo artístico-cultural numa articulação entre as políticas de cultura e educação em parcerias com os entes federativos e instituições da sociedade civil;

II - formular, planejar, implementar, coordenar, monitorar e avaliar programas, ações e projetos que promovam a democratização do acesso aos processos de produção e de difusão de conhecimento e à formação em cultura e arte, abrangidas as linguagens das artes visuais, do audiovisual, do circo, da dança, da fotografia, da literatura, da música, do teatro e das demais manifestações e funções relacionadas ao campo das artes e da cultura;

III - estimular e promover a descentralização dos processos de formação no campo artístico-cultural, no território nacional;

IV - incentivar e subsidiar a formulação de programas, ações e projetos da sociedade civil que promovam o acesso democrático à produção de conhecimento e a qualificação dos atores do campo artístico-cultural;

Art. 31. À Diretoria de Educação e Formação Artística compete:

I - ampliar o diálogo e promover articulação institucional entre os órgãos vinculados a cultura e educação, e formular e implementar programas vinculados a educação, arte e cultura;

[...]

VI - fomentar a elaboração e a difusão de recomendações de ações e conteúdos programáticos que apoiem a educação sobre culturas locais, culturas do campo, inclusão social, acessibilidade e diversidade das manifestações artísticas e culturais;

VII - implementar, coordenar, monitorar e avaliar ações, projetos e programas de formação, qualificação e aperfeiçoamento profissional no campo artístico-cultural, abrangidas as linguagens das artes visuais, do audiovisual, do circo, da dança, da fotografia, da literatura, da música, do teatro e das demais manifestações e funções relacionadas ao campo das artes e da cultura;

[...]

3.9. No Plano Nacional de Cultura, Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010, a proposta atende aos princípios e objetivos, destacam-se:

Art. 1º ...

[...]

IV - direito de todos à arte e à cultura;

V - direito à informação, à comunicação e à crítica cultural;

[...]

Art. 2º São objetivos do Plano Nacional de Cultura:

[...]

V – universalizar o acesso à arte e à cultura;

VI – estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;

[...]

3.10. Quanto as metas do PNC, a proposta foi relacionada ao atingimento das seguintes metas, a saber:

META 9 - 300 PROJETOS DE APOIO À SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DA PRODUÇÃO CULTURAL LOCAL.

META 11 - AUMENTO EM 95% NO EMPREGO FORMAL DO SETOR CULTURAL.

META 18 - AUMENTO EM 100% NO TOTAL DE PESSOAS QUALIFICADAS ANUALMENTE EM CURSOS, OFICINAS, FÓRUNS E SEMINÁRIOS COM CONTEÚDO DE GESTÃO CULTURAL, LINGUAGENS ARTÍSTICAS, PATRIMÔNIO CULTURAL E DEMAIS ÁREAS DA CULTURA.

3.11. Ressalta-se que as certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado, serão novamente avaliadas quando da celebração do instrumento.

3.12. Considerando o exposto e a relevância do projeto em análise, fica atestado o mérito da proposta e a reciprocidade de interesse com esta Pasta, a partir do atendimento de metas do Plano Nacional da Cultura e alinhamento com as ações, políticas e programas estruturantes desenvolvidos pela Secretaria de Formação, Livro e Leitura e, mais especificamente, pela Diretoria de Educação e Formação Artística..

Considerando a presente manifestação técnica, que se baseou nas informações apresentadas pelo proponente via Portal Transferegov.br, submeto o presente processo à consideração superior com sugestão de **APROVAÇÃO DA PROPOSTA Nº 009504/2023 (1458526)** e registro do ato no Portal Transferegov.br.

(assinado eletronicamente)

**FLORA DE PAULA GONÇALVES HOLANDA MAIA**

Chefe de Divisão de Políticas Culturais e Territórios Educativos

De acordo. À consideração do Coordenador-Geral de Articulação Política de Cultura e Educação.

(assinado eletronicamente)

**RAFAEL DA SILVA MAXIMINIANO**

Coordenador-Geral de Articulação Política de Cultura e Educação

De acordo. À consideração da Diretora de Educação e Formação Artística.

(assinado eletronicamente)

**NAINE TERENA DE JESUS**

Diretora de Educação e Formação Artística

De acordo. À consideração do Secretário de Formação, Livro e Leitura.

(assinado eletronicamente)

**FABIANO DOS SANTOS**

Secretário de Formação, Livro e Leitura

**APROVO a PROPOSTA Nº 009504/2023** nos termos propostos e que o ato seja registrado no Portal Transferegov.br.



Documento assinado eletronicamente por **Flora de Paula Gonçalves Holanda Maia, Chefia de Divisão de Políticas Culturais e Territórios Educativos**, em 17/10/2023, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura. Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael da Silva Maximiliano, Coordenador (a) Geral**, em 17/10/2023, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura. Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Naine Terena de Jesus, Diretor(a)**, em 26/10/2023, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura. Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiano dos Santos, Secretário de Formação, Livro e Leitura**, em 30/10/2023, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura. Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1458522** e o código CRC **C9B97133**.